
IMPUGNAÇÃO

AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA

REF.: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018

A empresa **JGM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 07.952.819/0001-06, com sede na Av. das Américas nº 1905, Torre 1, Sala 427, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22790-703 vem por seu Representante Legal infraassinado, oferecer IMPUGNAÇÃO aos seguintes itens do Edital do processo licitatório ora referido, com fulcro no § 1º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, pelos fundamentos de fato e de direito ora declinados.

I - DOS FATOS

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital, conforme documento adstrito. Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com a exigência formulada no item nº (13.3.3) que vem assim redacionada:

"a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação."

O grande objetivo da exigência da qualificação técnica no instrumento convocatório deste Pregão é buscar no mercado uma empresa que possua experiência compatível com o objeto e demonstre ter capacidade administrativa-operacional suficientemente para garantir a execução dos serviços advindos da futura contratação, de forma que a Administração possa ter segurança na contratação em curso.

Sucedendo que, restringir o universo de participantes, através de comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto ou serviço que será contratado, inclusive para empresas do mesmo segmento de Exploração e Produção de Petróleo/ seria excluir aqueles que poderiam atender a necessidade da Administração, prejudicando assim a economicidade da contratação e desatendendo também ao previsto no artigo 37, XXI da CF/88.

Ainda que o serviço licitado tenha algumas particularidades, o máximo que poderia ser exigido, seria os pré-requisitos dos profissionais que a empresa irá disponibilizar caso se consagre vencedora.

II - DA ILEGALIDADE

Para fins de habilitação a Administração Pública estará limitada a exigir do licitante os documentos previstos nos artigos 28 a 31, sob pena de desrespeito ao princípio da legalidade. As exigências de qualificação técnica, materializadas no artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, limitar-se ao contido

no próprio dispositivo, ou seja, qualquer exigência que extrapole o texto do artigo 30 será considerada ilegal.

Quanto ao cumprimento dos dispositivos do Edital, a Administração deverá limitar-se a exigir do licitante apenas o que está previsto em lei, especificando e detalhando o objeto de forma completa e suficiente para não restar dúvida e para que a Administração adquira ou contrate aquilo que atenda sua necessidade. Todavia, o detalhamento cingir-se-á às características necessárias ao atendimento da demanda administrativa, sem direcionar, favorecer ou beneficiar qualquer interesse particular.

A lei incentiva o caráter competitivo com o aumento do universo de competidores, propiciando, desta forma, a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Entretanto, o universo de competidores será franqueado a quem tenha reais e comprovadas condições de realizar o objeto, a fim de impedir que o órgão público contrate uma empresa desqualificada e, conseqüentemente, venha prestar um mau serviço à coletividade.

Porém, não é permitido exigir do licitante documentos de participação não autorizados pela Lei. Estabelecer obrigatoriedade de apresentação de atestados de objeto idêntico ao que está sendo licitado é considerado ilegal, uma vez que a Lei 8.666/93 não prescreveu tal hipótese. Portanto, as exigências deverão limitar-se às disposições da lei. Qualquer obrigação contrária ou não prevista no artigo 30 ou nos demais dispositivos legais será considerada ilegal; ademais, a exigência demasiada e não prevista na norma, acabará frustrando ou restringindo a competitividade.

Reza o artigo 30, inciso II:

"A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ..."

A regra descrita na norma legal vigente permite exigir do licitante apenas a prova de que ele tem condições efetivas e reais de cumprir o objeto da licitação (o desempenho anterior do licitante deverá comprovar sua aptidão técnica para exercer atividades da mesma natureza e semelhantes ao que está sendo licitado), vedadas quaisquer exigências que inibam a participação na licitação, nos termos do art. 30, § 5º, do citado diploma federal:

"§ 5º So é vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação."

O indigitado dispositivo legal visa instruir o julgamento do administrador público para que evite a inclusão de critérios que inibam a participação e a competitividade.

É bastante comum verificar editais que trazem a necessidade de os licitantes apresentarem atestados de capacidade técnica que comprovem a execução específica do objeto do certame, sob pena de inabilitação.

Foi exatamente essa a situação posta à análise do TCU no Acórdão 553/2016 - Plenário da relatoria do Min. Vital do Rêgo.

No caso, o órgão realizou pregão eletrônico para a contratação de serviços de secretariado e entendia ser "obrigatória a desclassificação de qualquer licitante que não cumprisse o exigido e não comprovasse, por atestados, na forma, quantidade e prazo definidos no edital, que já houvesse



prestado serviços de secretariado", desconsiderando, assim, quaisquer atestados que comprovassem a execução de serviços em mão de obra distinta, como limpeza, apoio administrativo, jardinagem, etc.

Ao final, concluiu o Tribunal de Contas da União que, em licitação para serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, devem ser exigidos atestados que comprovem aptidão para gestão de mão de obra, ao invés da comprovação da boa execução de serviços idênticos.

Destacou-se também a possibilidade de que situações excepcionais requeiram a comprovação de capacidade técnica específica do objeto em disputa. Nessas hipóteses, de acordo com o TCU, a consignação pública e expressa das razões que fundamentam a exigência torna-se requisito indispensável.

A propósito, não se trata de entendimento recente, conforme é possível constatar nos seguintes acórdãos relacionados:

"Deve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade." Acórdão 1.140/2005-Plenário...

"111. Nesse ponto, parece residir a principal discussão a ser enfrentada - que espécie de aptidão deve ser requerida para a execução de contratos de serviços de natureza continuada, em que esteja caracterizada cessão de mão de obra. (...)

A administração da Pré-Sal Petróleo está exigindo que as licitantes apresentem atestado de capacidade técnica com as informações citadas acima, o que é caracterizado como rigorismo excessivo e desnecessário, compromete o caráter competitivo da licitação. Queremos destacar o Princípio da Celeridade, este princípio, consagrado pela Lei nº 10.520 de 2002, como um dos norteadores de licitações na modalidade pregão, busca simplificar procedimentos, de rigorismos excessivos e de formalidades desnecessárias. Geralmente a prática desse rigorismo provoca uma diminuição considerável de ofertantes. Se por um lado busca-se a proteção ao interesse público, não se pode, por outro, infringir princípios da licitação que inviabilizem um maior recebimento de propostas de empresas sérias e comprometidas com a execução do contrato.

Em certo julgado o STJ afirmou ter entendimento jurisprudencial sobre a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento. (Resp 997.259/RS, julgado em 17/08/2010).

E assim deve ser, especialmente para evitar os famigerados direcionamentos de licitação que são patrocinados com elevados níveis de exigências, muitas vezes sem relação direta com o objeto da licitação e, até, contrários às normas legais vigentes.

Dada a meridiana clareza com que se apresenta a ilegalidade do item apontado, pelo mero cotejo com a lei objeto da presente impugnação, não há nada a ser feito a não ser retificar o item apontado, retirando a exigência destacada.

Todo atestado de capacidade técnica deve ser emitido a partir de uma execução contratual, ou seja, os atestados possuem um contrato que o sustenta e se tratando de instituições públicas, existe também editais, termos de referência e outros documentos para comprovar a complexidade dos serviços prestados. Tais documentos devem ser utilizados para comprovações de informações técnicas não expressas no atestado.

↓

5497

III - DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- Alterar o entendimento de compatibilidade com o objeto da licitação, retirando a necessidade de conter no ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA informações restritas e desnecessárias.

Nestes Termos,

Pelo que PEDE DEFERIMENTO,

RESPOSTA DA PPSA

PARA: JGM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP.

CNPJ sob o Nº 07.952.819/0001-06

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2018

Prezados Senhores,

1. Acusamos o recebimento da Impugnação interposta por V. Sas. ao certame identificado em epígrafe às 14:29 (HH:MM) do dia 28/05/2018, portanto tempestivamente, e, pela presente, apresentamos a nossa resposta, segundo o que adiante se expõe.

2. Em síntese, V. Sas. argumentam a necessidade de revogação do presente certame, considerando a existência de vícios e ilegalidades, conforme se segue:

"a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação."

O grande objetivo da exigência da qualificação técnica no instrumento convocatório deste Pregão é buscar no mercado uma empresa que possua experiência compatível com o objeto e demonstre ter capacidade administrativa-operacional suficientemente para garantir a execução dos serviços advindos da futura contratação, de forma que a Administração possa ter segurança na contratação em curso.

Sucedê que, restringir o universo de participantes, através de comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto ou serviço que será contratado, inclusive para empresas do mesmo segmento de Exploração e Produção de Petróleo/ seria excluir aqueles que poderiam atender a necessidade da Administração, prejudicando assim a economicidade da contratação e desatendendo também ao previsto no artigo 37, XXI da CF/88.

Ainda que o serviço licitado tenha algumas particularidades, o máximo que poderia ser exigido, seria os pré-requisitos dos profissionais que a empresa irá disponibilizar caso se consagre vencedora.

A exigência do Edital encontra amparo na essência de que a empresa vencedora necessariamente precisará prestar suporte para softwares específicos da área da indústria de Exploração e Produção de Petróleo, além dos softwares "comuns" de uso no mercado, conforme explicitado no item IV - Especificações do Objeto que cita experiência dos profissionais em softwares específicos da área de Exploração e Produção de Petróleo, conforme a seguir, "- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow".

Outrossim, desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, no DOU de 03/04/18, em atendimento a Lei 13.303/16, a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei 8.666/1993. Logo, não há que se falar na aplicação dos mencionados artigos 3º e 30.

3. Assim, entendemos s.m.j., que ante o juízo de conveniência e oportunidade apresentado no Edital, as exigências ao futuro contratado estão devidamente pautadas na razoabilidade, não se configurando em ofensa ao Princípio da Competitividade da participação.

4. Por tudo o que até aqui alegado, é conhecida a Impugnação ao Edital apresentada, posto que presente o interesse, a tempestividade e a legitimidade, **NEGANDO-LHE PROVIMENTO** e mantendo inalteradas as disposições do instrumento convocatório.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2018

Atenciosamente,


Leandro Leme Júnior

Diretor de Administração, Controle e Finanças

IMPUGNAÇÃO

AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA

REF.: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018

A empresa **ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.240.869/0001-66, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 15, Kobrasol, São José/SC, CEP 88102-030, vem, através de seu representante legal, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe, pelos fundamentos demonstrados nesta peça.

A EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA instaurou processo licitatório, o Pregão Eletrônico PE.PPSA.108/2018, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência – Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III deste Edital".

A ILHA SERVICE, no intuito de participar desse certame, obteve o edital em questão para poder preparar uma proposta de acordo com as necessidades da Administração. Entretanto, esta empresa se espantou diante de exigências editalícias que não se coadunam com o Princípio da Legalidade, da Isonomia e da Competitividade, violando diretamente o art. 3º da Lei 8.666/93.

Da Exigência do Item 13.3.3 :

No item 13.3 *"Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar"*, o subitem 13.3.3 exige:

"a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação."

(grifamos)

Observa-se, que a solicitação é extremamente restritiva e acaba por direcionar à empresas específicas, restringindo a participação de outras empresas que são plenamente capazes de atender ao objeto licitado.

Tal restrição fere o art 30. da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a

196 21

realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;"

Como se vê, a licitante não tem o direito de exigir atestados de capacidade técnica que tenham ocorrido em específicas empresas, e sim, exigir que tenham sido emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente.

Conforme o renomado mestre Hely Lopes Meirelles, licitação é: "*o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos*". (in *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 19ª ed., p. 247).

Assim, o que se busca efetivamente através da licitação é uma disputa justa entre os interessados concorrentes, com o objetivo final de se obter a oferta mais vantajosa.

Para tal, a Administração Pública deve se cercar de garantias do correto cumprimento da obrigação, de forma a selecionar não só o melhor preço, mas a melhor proposta. Eis o fundamento das exigências previstas nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93. Essas exigências são pautadas pelo princípio da legalidade, que, na Administração Pública, implica na autorização de agir apenas conforme determina a lei. Portanto, qualquer exigência não autorizada pelo ordenamento jurídico é ilegal.

A Carta Magna, em seu art. 37, inc. XXI, traz visível determinação no sentido de que os requisitos de capacitação técnica das licitantes sejam reduzidos ao mínimo possível. Registra José Cretella Júnior, "**apenas serão admitidas exigências absolutamente necessárias para demonstrar que o proponente está preparado para executar o objeto da licitação**" (In *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, ed. Forense Universitária, 2ª ed., 1992, v. IV, p. 2249).

Infer-se, ainda, do artigo 3º, que é vedado à Administração ultrapassar os limites da legalidade, por meio da inclusão de condições que restrinjam a participação no procedimento ou que maculem a isonomia das licitantes, *verbis*:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao Instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no

que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (grifou-se)

Nesta linha comenta Jessé Torres Pereira Junior: *Nenhum servidor da Administração Pública é dado, por qualquer modo, violar o caráter competitivo da licitação.* (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. *Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública*. 7 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 66)

As cabeças dos arts. 30 e 31 (qualificação técnica e econômico-financeira) fazem uso do modo verbal "limitar-se-á", o que significa que, em cada caso, o respectivo ato convocatório não poderá exigir documentos além daqueles mencionado nos artigos, que demarcam o limite máximo de exigência. (Idem, p. 370).
(grifou-se)

Destarte, a exigência delineada nesta impugnação é evidentemente ilegal, por violar os princípios da competitividade, isonomia e legalidade, e o art. 3º da Lei 8.666/93.

REQUERIMENTO

Ante o exposto, requer-se o total acolhimento da presente Impugnação, pelas razões arguidas, no sentido de imediatamente retificar o edital e as exigências dos itens acima transcrito, de modo que se enquadre nos moldes do que determina a Lei de Licitações, excluindo os excessos que acabam por restringir a participação de empresas competentes e especialidades.

Nesses termos, PEDE DEFERIMENTO,

RESPOSTA DA PPSA

PARA: ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ sob o Nº 85.240.869/0001-66

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018

Prezados Senhores,

1. Acusamos o recebimento da Impugnação interposta por V. Sas. ao certame identificado em epígrafe às 15:44 (HH:MM) do dia 28/05/2018, portanto tempestivamente, e, pela presente, apresentamos a nossa resposta, segundo o que adiante se expõe.

2. Em síntese, V. Sas. argumentam a necessidade de revogação do presente certame, considerando a existência de vícios e ilegalidades, conforme se segue:



1971

Da Exigência do Item 13.3.3: No item 13.3 "Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar", o subitem 13.3.3 exige:

"a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação." (grifamos)

Observa-se, que a solicitação é extremamente restritiva e acaba por direcionar à empresas específicas, restringindo a participação de outras empresas que são plenamente capazes de atender ao objeto licitado.

Tal restrição fere o art 30, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;"

(...)

Infere-se, ainda, do artigo 3º, que é vedado à Administração ultrapassar os limites da legalidade, por meio da inclusão de condições que restrinjam a participação no procedimento ou que maculem a isonomia das licitantes, verbis:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A exigência do Edital encontra amparo na essência de que a empresa vencedora necessariamente precisará prestar suporte para softwares específicos da área da indústria de Exploração e Produção de Petróleo, além dos softwares "comuns" de uso no mercado, conforme explicitado no item IV - Especificações do Objeto que cita experiência dos profissionais em softwares específicos da área de Exploração e Produção de Petróleo, conforme a seguir, "- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow".

Outrossim, desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, no DOU de 03/04/18, em atendimento a Lei 13.303/16, a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei 8.666/1993. Logo, não há que se falar na aplicação dos mencionados artigos 3º e 30.

✓

3. Assim, entendemos s.m.j., que ante o juízo de conveniência e oportunidade apresentado no Edital, as exigências ao futuro contratado estão devidamente pautadas na razoabilidade, não se configurando em ofensa ao Princípio da Competitividade da participação.

4. Por tudo o que até aqui alegado, é conhecida a Impugnação ao Edital apresentada, posto que presente o interesse, a tempestividade e a legitimidade, **NEGANDO-LHE PROVIMENTO** e mantendo inalteradas as disposições do instrumento convocatório.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018

Atenciosamente,


Leandro Leme Júnior

Diretor de Administração, Controle e Finanças

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Resposta 28/05/2018 16:51:36

Resposta nº 06: 1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados. Resposta nº 07: Sim. O entendimento está correto. Resposta nº 08: Sim. O entendimento está correto. Resposta nº 09: Será aceita a omissão das informações do profissional consideradas confidenciais e que não comprometam a comprovação do vínculo com a proponente. Resposta nº 10: Não. O prazo de 30 minutos refere-se ao prazo para a Intenção de Recurso e não de Recurso. Resposta nº 11: Dias úteis. Resposta nº 12: Sim. O entendimento está correto. Resposta nº 13: A PPSA respeitará a legislação pertinente, vigente, referente a propriedade intelectual. Resposta nº 14: A PPSA respeitará a legislação aplicável vigente. Resposta nº 15: Sim. Está correto o entendimento. Resposta nº 16: Sim. Está correto o entendimento. Resposta nº 17: 15 dias. Resposta nº 18: Sim. Está correto o entendimento. Resposta nº 19: Não. Conforme item 10.1 da Minuta Contratual, além das penalidades previstas no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS), a PPSA poderá aplicar à CONTRATADA as outras penalidades ali previstas, com fundamento nos Arts. 129 a 131 do RILC-PPSA, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa. Resposta nº 20: Não. A CONTRATADA poderá ser aplicada, ainda, as sanções ali previstas, no caso da inexecução total ou parcial deste Instrumento contratual, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa. Resposta nº 21: Não. As penalidades podem ser acumuladas. Resposta nº 22: Não. Conforme Item 17.1.3. do Edital poderá ser aplicada penalidade se a Contratada "Falhar ou fraudar na execução do contrato". Resposta nº 23: Conforme alínea "I" do referido item é obrigação da contratada "Responsabilizar-se por eventuais indenizações decorrentes de quaisquer danos ou prejuízos causados à Pré-Sal Petróleo ou a terceiros, por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos." Resposta nº 24: Todas as informações relativas ao trabalho desenvolvido para o atendimento ao contrato são sigilosas, nos termos da Cláusula 18ª da Minuta Contratual, respeitada a legislação aplicável. Resposta nº 25: SIM, respeitada a legislação aplicável às empresas públicas e vigente. Resposta nº 26: Conforme item 18.4. da Cláusula 18ª da Minuta Contratual "O compromisso de confidencialidade é permanente e se manterá durante o período de vigência deste Instrumento e após o término do mesmo." Resposta nº 27: Sim, condicionado ao atendimento da Cláusula 18ª da Minuta Contratual. Resposta nº 28: Não. Os procedimentos sobre este tema são aqueles previsto na Cláusula 9ª da Minuta Contratual, nos termos do Arts 126 e 127 do RILC-PPSA. Resposta nº 29: Desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), no DOU de 03/04/18, em atendimento a Lei 13.303/16, a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei 8.666/1993. Logo, conforme artigo 12 do RILC, o orçamento do presente Edital foi considerado sigiloso. Conforme item 19.2. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive junto a "sites" de consulta pública, na internet, bem como nos arquivos da própria PPSA. Resposta nº 30: O Edital não será alterado. O decreto 7.174 também se refere a contratação de serviços de informática, o qual se enquadra no objeto deste Edital. Caso algum Proponente indique que faz jus a tal direito de preferência, deverá comprova-lo na forma da Lei, sob risco de penalização em caso de declaração falsa. Resposta nº 31: Os procedimentos sobre este tema são aqueles previsto nos itens 4.4.5 e 19.5.3 do Edital, nos termos do Art. 80 do RILC-PPSA. Resposta nº 32: Sim. Resposta nº 33: Não. Toda a documentação técnica, manuais, projetos ou descritivos técnicos produzidos durante ou antes da prestação de qualquer serviço na PPSA serão de propriedade da mesma. Com relação a sistemas disponibilizados antes da prestação de serviço, esse sim, entendemos fazer parte da prestação do serviço e que não deverá ser licenciado no nome da PPSA. Resposta nº 34: Sim. Está correto o entendimento. Resposta nº 35: Sim. Resposta nº 36: Sim. Está correto o entendimento. Resposta nº 37: Sim para o atendimento ao item 14.1 do Edital. Já para o item 14.2 do Edital será exigido o envio da documentação original ou por cópia autenticada, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro. Resposta nº 38: Conforme Art. 18 do Decreto 5450/05 que regulamenta o Pregão na sua forma eletrônica, os pedidos de impugnação do Edital podem ser efetuados, por qualquer cidadão, em até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, no DOU de 03/04/18, em atendimento a Lei 13.303/16, a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei 8.666/1993. O licitante poderá se comunicar com a PPSA pelo endereço eletrônico editais@ppsa.gov.br.

Fechar

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Esclarecimento 28/05/2018 16:52:13

Pergunta nº 39: Ainda em via de esclarecimentos, o objeto Service Desk está em dissonância com o detalhamento, qual seja sustentação, manutenção e gestão de ambiente, desta feita, interpretamos que neste presente certame, serão admitidos a apresentação de atestados de capacitação técnica emitidos para os serviços especializados de cabeamento estruturado de rede, dados e voz. Está correto? Pergunta nº 40: E por último, um atestado vinculado a 1(um) contrato vigente de abrangência maior, ou seja não reduzido a termo específico do objeto aqui licitado, será aceito? Pergunta nº 41: Qual a infraestrutura o CONTRATANTE irá disponibilizar à CONTRATADA? Pergunta nº 42: Podem informar qual era o número total de profissionais disponibilizados pela antiga prestadora de serviços? Pergunta nº 43: A CONTRATADA deverá disponibilizar os recursos de telefonia para abertura dos chamados, ou será disponibilizado pela CONTRATANTE? Pergunta nº 44: Entendemos que a CONTRATADA irá disponibilizar materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para execução dos serviços, está correto nosso entendimento? Pergunta nº 45: A comissão da PPSA, tem algum valor estimado para contratação dos serviços?

Fechar

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Resposta 28/05/2018 16:52:13

Resposta nº 39: Não. 13.3.3. Relativo à Qualificação Técnica : a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação. Resposta nº 40: Sim, desde que atendidas as condições exigidas no item 13.3.3.a, qualificação técnica do Edital. Resposta nº 41: Espaço físico (mesa, cadeira e telefone) e desktop de trabalho, por profissional. Resposta nº 42: Três profissionais. Resposta nº 43: Não precisará disponibilizar recursos de telefonia, mas sim, o sistema para abertura de chamados. Resposta nº 44: Ver resposta ao esclarecimento nº 41. Resposta nº 45: O valor estimado da contratação será sigiloso até o encerramento da Licitação, conforme previsto no art. 12 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA (RILC - PPSA) e na Lei 13.303/2016.

Fechar

15/11

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Esclarecimento 29/05/2018 16:46:16

Pergunta nº 46: Favor informar o valor do orçamento para a vigência de 05 (cinco) anos. Pergunta nº 47: No item IX do TR, página 23 de 58, "A execução dos serviços deverá ser sempre precedida de emissão de Solicitação de Serviço, por parte do usuário solicitante, ou pelo Service Desk, em nome do usuário, quando a solicitação for feita por telefone ou verbalmente, utilizando software fornecido pela CONTRATADA." Entendemos que será obrigatório o fornecimento de um software para a solicitação dos serviços por parte da contratada. Está correto o nosso entendimento? Caso seja positivo a resposta, entendemos também que o software fornecido deverá ter no mínimo as seguintes funcionalidades: 1. abertura e fechamento de chamados; 2. criação de uma base de conhecimentos; 3. controle dos níveis de serviços (SLA); e 4. relatórios gerenciais. Entendemos que será condição de homologação uma POC para garantir as funcionalidades mínimas descritas acima. Está correto o nosso entendimento? Pergunta nº 48: O atendimento por telefone será por uma posição de atendimento com headset disponibilizada pela Contratante. Está correto o nosso entendimento? Pergunta nº 49: No item 3.1 do TR, página 38 a 58, "efetuar eventualmente crimpagem de cabos de rede", entendemos que a ferramenta para crimpar será disponibilizada pela Contratante. Está correto o nosso entendimento? Pergunta nº 50: No item 3.1 do TR, página 38 a 58, "Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow", entendemos que será responsabilidade da Contratada apenas a instalação e desinstalação dos aplicativos e suas respectivas configurações de rede. Está correto o nosso entendimento? Pergunta nº 51: A Contratante tem contrato de manutenção e/ou suporte com fornecedores, tais como CISCO, DELL VMWare, Microsoft, dentre outros? Pergunta nº 52: O que se espera do atendimento e suporte ao PABX? Qual modelo e fabricante? A mesma questão para CFTV. Pergunta nº 53: Entendemos que a Contratante irá disponibilizar o aparelhamento necessário as atividades dos analistas residentes, ex.: espaço na instalação da PPSA, mesa, cadeira, computador e telefone. Está correto o nosso entendimento? Pergunta nº 54: "Desenhar, acompanhamento e implementar projetos de infraestrutura relacionados a topologia, novos pontos, instalação e configuração de equipamentos", entendemos que a contratada irá apenas apoiar e assessorar a Contratante, sendo a Contratante o responsável pela tarefa. Está correto o nosso entendimento? Pergunta nº 55: No item 3.1 do TR, página 38 a 58 "Gerenciamento de equipamentos de segurança CFTV e controle de acesso", entendemos que as atividades de responsabilidade da contratada são restritas ao atendimento de incidentes com os respectivos ativos utilizados nestes serviços. Está correto o nosso entendimento? Pergunta nº 56: Verifica-se, atualmente, diante do cenário atual do país, dificultando o deslocamento e acesso de todos em decorrência da paralisação nacional dos caminhoneiros, de notoriedade conhecida e amplamente divulgada na imprensa, verifica-se ser necessário o adiamento do presente processo licitatório, visto que caso haja manutenção da data, dificultar-se-á a participação de empresas aptas a participar neste certame. Desta forma, solicitamos o adiamento da data deste processo.

Fechar

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Resposta 29/05/2018 16:46:16

Resposta nº 46: O valor estimado da contratação será sigiloso até o encerramento da Licitação, conforme previsto no art. 12 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA (RILC - PPSA) e na Lei 13.303/2016. Resposta nº 47: Entendemos que o sistema de abertura e fechamento de chamados já é de praxe de mercado e que não será preciso a realização de uma POC (prova de conceito). Resposta nº 48: Não. Conforme edital o atendimento será presencial, e a PPSA irá fornecer o telefone de mesa. Resposta nº 49: Sim. Resposta nº 50: Está incorreto. O suporte técnico deve atender o usuário da PPSA, ou seja, não irá se limitar apenas instalar/desinstalar sistemas. Resposta nº 51: Existem diversos contratos com fornecedores ao qual a TI deverá interagir além de dar suporte aos sistemas mencionados na pergunta. Resposta nº 52: Com relação ao PABX, deve-se prestar manutenção, atualização, backup assim como criação de ramais e outras atividades de suporte aos usuários com relação a telefonia. Com relação ao CFTV, esperamos que o servicedesk garanta o funcionamento do sistema, verifique os backups, logs e apoie a área administrativa quando necessário. O modelo do PABX é o Cisco 2900, e o CFTV é o Intelbras NVR VD16. Ambos deverão ser suportados tecnicamente pela Contratada. Resposta nº 53: Sim. O entendimento está correto. Resposta nº 54: Está incorreto. A PPSA possui um time enxuto e a contratada deverá sim dispor de um profissional (is) sênior para execução de atividades dessa natureza. Entendemos que assessorar, não envolve execução, e isso não é o que esperamos nessa contratação. Resposta nº 55: Sim está correto, mas não se limitará a ocorrências básicas. Haverá casos que demandem maior conhecimento do profissional, como criação, manutenção, atualização desses equipamentos assim como atuar em casos de resolução de problemas. Resposta nº 56: O processo é realizado através de portal eletrônico da internet, não inviabilizando assim a participação de qualquer licitante.

Fechar

153M

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Impugnação 29/05/2018 14:37:41

AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA REF.: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 A empresa ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.240.869/0001-66, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 15, Kobrasol, São José/SC, CEP 88102-030, vem, através de seu representante legal, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe, pelos fundamentos demonstrados nesta peça. A EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA instaurou processo licitatório, o Pregão Eletrônico PE.PPSA.108/2018, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência - Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III deste Edital". A ILHA SERVICE, no intuito de participar desse certame, obteve o edital em questão para poder preparar uma proposta de acordo com as necessidades da Administração. Entretanto, esta empresa se espantou diante de exigências editalícias que não se coadunam com o Princípio da Legalidade, da Isonomia e da Competitividade, violando diretamente o art. 3º da Lei 8.666/93. Da Exigência do Item 13.3.3: No item 13.3.3 "Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar", o subitem 13.3.3 exige: "a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação." (grifamos) Observa-se, que a solicitação é extremamente restritiva e acaba por direcionar a empresas específicas, restringindo a participação de outras empresas que são plenamente capazes de atender ao objeto licitado. Tal restrição fere o art. 30. da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993: "Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;" Como se vê, a licitante não tem o direito de exigir atestados de capacidade técnica que tenham ocorrido em específicas empresas, e sim, exigir que tenham sido emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente. Conforme o renomado mestre Hely Lopes Meirelles, licitação é: "o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos". (in Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros, 19ª ed., p. 247). Assim, o que se busca efetivamente através da licitação é uma disputa justa entre os interessados concorrentes, com o objetivo final de se obter a oferta mais vantajosa. Para tal, a Administração Pública deve se cercar de garantias do correto cumprimento da obrigação, de forma a selecionar não só o melhor preço, mas a melhor proposta. Eis o fundamento das exigências previstas nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93. Essas exigências são pautadas pelo princípio da legalidade, que, na Administração Pública, implica na autorização de agir apenas conforme determina a lei. Portanto, qualquer exigência não autorizada pelo ordenamento jurídico é ilegal. A Carta Magna, em seu art. 37, inc. XXI, traz visível determinação no sentido de que os requisitos de capacitação técnica das licitantes sejam reduzidos ao mínimo possível. Registra José Cretella Júnior, "apenas serão admitidas exigências absolutamente necessárias para demonstrar que o proponente está preparado para executar o objeto da licitação" (in Comentários à Constituição Brasileira de 1988, ed. Forense Universitária, 2ª ed., 1992, v. IV, p. 2249). Inferre-se, ainda, do artigo 3º, que é vedado à Administração ultrapassar os limites da legalidade, por meio da inclusão de condições que restrinjam a participação no procedimento ou que maculem a Isonomia das licitantes, verbis: Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da Isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. § 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 30 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (grifou-se) Nesta linha comenta Jessé Torres Perelra Junior: Nenhum servidor da Administração Pública é dado, por qualquer modo, violar o caráter competitivo da licitação. (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública. 7 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 66) As cabeças dos arts. 30 e 31 (qualificação técnica e econômico-financeira) fazem uso do modo verbal "limitar-se-á", o que significa que, em cada caso, o respectivo ato convocatório não poderá exigir documentos além daqueles mencionados nos artigos, que demarcam o limite máximo da exigência. (idem, p. 370). (grifou-se) Destarte, a exigência delineada nesta impugnação é evidentemente ilegal, por violar os princípios da competitividade, Isonomia e legalidade, e o art. 3º da Lei 8.666/93. REQUERIMENTO Ante o exposto, requer-se o total acolhimento da presente Impugnação, pelas razões arguidas, no sentido de imediatamente retificar o edital e as exigências dos itens acima transcrito, de modo que se enquadre nos moldes do que determina a Lei de Licitações, excluindo os excessos que acabam por restringir a participação de empresas competentes e especialidades. Nesses termos, PEDE DEFERRIMENTO,

Fechar

1547

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Resposta 29/05/2018 14:37:41

PARA: ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. CNPJ sob o Nº 85.240.869/0001-66 Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018 Prezados Senhores, 1. Acusamos o recebimento da Impugnação Interposta por V. Sas. ao certame identificado em epígrafe às 15:44 (HH:MM) do dia 28/05/2018, portanto tempestivamente, e, pela presente, apresentamos a nossa resposta, segundo o que adiante se expõe. 2. Em síntese, V. Sas. argumentam a necessidade de revogação do presente certame, considerando a existência de vícios e ilegalidades, conforme se segue: Da Exigência do Item 13.3.3: No Item 13.3.3 "Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar", o subitem 13.3.3 exige: "a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação." (grifamos) Observa-se, que a solicitação é extremamente restritiva e acaba por direcionar à empresas específicas, restringindo a participação de outras empresas que são plenamente capazes de atender ao objeto licitado. Tal restrição fere o art 30. da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993: "Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;" (...). Infere-se, ainda, do artigo 3º, que é vedado à Administração ultrapassar os limites da legalidade, por meio da inclusão de condições que restrinjam a participação no procedimento ou que maculem a isonomia das licitantes, verbis: Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. A exigência do Edital encontra amparo na essência de que a empresa vencedora necessariamente precisará prestar suporte para softwares específicos da área da Indústria de Exploração e Produção de Petróleo, além dos softwares "comuns" de uso no mercado, conforme explicitado no item IV - Especificações do Objeto que cita experiência dos profissionais em softwares específicos da área de Exploração e Produção de Petróleo, conforme a seguir, "- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow". Outrossim, desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, no DOU de 03/04/18, em atendimento a Lei 13.303/16, a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei 8.666/1993. Logo, não há que se falar na aplicação dos mencionados artigos 3º e 30, 3. Assim, entendemos s.m.j., que ante o juízo de conveniência e oportunidade apresentado no Edital, as exigências ao futuro contratado estão devidamente pautadas na razoabilidade, não se configurando em ofensa ao Princípio da Competitividade da participação. 4. Por tudo o que até aqui alegado, é conhecida a Impugnação ao Edital apresentada, posto que presente o interesse, a tempestividade e a legitimidade, NEGANDO-LHE PROVIMENTO e mantendo inalteradas as disposições do Instrumento convocatório. Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018 Atenciosamente, Original assinado por : Leandro Leme Júnior Diretor de Administração, Controle e Finanças

Fechar

1554

Jesiel Gomes ribeiro Filho

De: Maria Amélia Braga
Enviado em: terça-feira, 29 de maio de 2018 14:46
Para: Jesiel Gomes ribeiro Filho
Cc: Arlindo Ferreira Sebastião
Assunto: Re: Última pedido de impugnação para o Edital de Service Desk

Boa tarde.

Na verdade essa IN não se aplica, como pode se ver da redação de seu artigo primeiro.

Art. 1º As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber:

Abraços,



"Aviso: Esta mensagem pode conter informações sigilosas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada no conteúdo recebido, além de excluí-la imediatamente. Este ambiente é monitorado.

Disclaimer: This message may contain confidential and/or privileged information. If you are not the addressee or the person authorized to receive this message, you must not use, copy, or disclose the information contained on it or take any action on those information. This environment is monitored."

Em 29 de maio de 2018 11:33, Jesiel Gomes ribeiro Filho <jesiel.filho@ppsa.gov.br> escreveu:

Maria Amélia,

Conforme conversamos, segue arquivo contendo o último pedido de impugnação e a resposta.

Esse novo pedido tem uma novidade que é a inclusão da IN 05 de 2017 como argumento para a impugnação. Coloquei um texto de defesa para a sua análise/correção/validação (texto com fundo amarelo).

Obrigado.

Sds,



**Pré-sal
Petróleo**

Jesiel Gomes Ribeiro Filho
Assistente de Licitações e Contratos
+55 21 3513-1756
jesiel.filho@ppsa.gov.br

Avenida Rio Branco, 01 | 4º Andar
Centro | Rio de Janeiro | RJ
CEP: 20090-003

www.presalpetroleo.gov.br

"Aviso: Esta mensagem pode conter informações sigilosas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada no conteúdo recebido, além de excluí-la imediatamente. Este ambiente é monitorado."

***Disclaimer:** This message may contain confidential and/or privileged information. If you are not the addressee or the person authorized to receive this message, you must not use, copy, or disclose the information contained on it or take any action on those information. This environment is monitored."*

IMPUGNAÇÃO

AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA

REF.: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018

A empresa **DSS Tecnologia da Informação Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.627.226.0001-05, com sede na Av. Arquimedes Pereira Lima nº 3483, na Cidade de Cuiabá-MT, por seu representante legal infra-assinado, vem, com fulcro na lei nº 8666/93, IN 05/2017 e artigo 37 – item XXI da Constituição Federal 1998, em tempo hábil, à presença de VSª, conforme estabelecido no instrumento convocatório impugnar o Edital de Pregão Eletrônico 108/2018 PPSA.

I – DOS FATOS:

Considerando que os processos licitatórios visam basicamente, a ampla disputa e a contratação pela administração pública do melhor preço ofertado, resguardando a garantia das aquisições mais vantajosas em conformidade com os requisitos pré-estabelecidos e legislação pertinente, a presente impugnação é apresentada no intuito de apontar questões que comprometem o caráter competitivo e isonômico do certame.

Insta salientar, para melhor entendimento do exposto, que o objeto do processo licitatório em questão, abrange a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência – Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III deste Edital.

1 - QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Tendo em vista que a legislação é clara ao estabelecer que exigências relativas à habilitação, não podem impor restrição indevida ao caráter competitivo dos processos licitatórios, não podendo ser desarrazoadas a ponto de comprometer a competitividade do certame ou causar prejuízo aos participantes, devendo tão-somente constituir garantia mínima de que o licitante propenso a contratação detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.

Temos que a exigência constante no Edital - item 13.3.3, referente a qualificação técnica, não possui qualquer previsão legal e se mostra desarrazoada, vez que é excessiva de forma injustificada ao exigir que os Atestados de capacidade técnica apresentados pelas licitantes refiram-se a prestação de serviços de service desk especificamente em empresas de Exploração e Produção de Petróleo.

13.3.3. Relativo à Qualificação Técnica:

a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação



157
M

1 – A lei 8666/93 estabelece que as exigências de qualificação técnica estarão limitadas ao disposto em seu Art. 30 com destaque aos parágrafos I e II e §1º a § 5º:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

1 - A instrução normativa 05/2017 em seu item 10.3 e subitens do ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, dispõe que:

“10.3. Nas disposições quanto à habilitação técnica deverão ser previstos que:

a) os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório;

Considerando as disposições legais, resta demonstrada que a exigência constante no item 13.3.3 do edital está em desacordo com os requisitos mínimos estabelecidos para qualificação técnica constantes na Lei 8.666/93 e IN 05/2017 que definem claramente que:

A exigência quanto atestados de capacidade técnica limitar-se-á à comprovação de execução de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório e não podem conter quaisquer restrições relativas à aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos.

Portanto, a exigência de que os atestados apresentados no certame demonstrem a prestação de serviços de service desk exclusivamente em empresas de exploração e produção de petróleo, afronta os princípios legais e se mostra desarrazoada, unicamente com a finalidade de frustrar o caráter competitivo do processo licitatório e impedir a ampla participação de licitantes interessadas e qualificadas para execução do objeto, vez que, serviços de service desk, independentemente do ramo a que se dedique o tomador, mantém características que podem ser comprovadas por qualquer atestado de capacidade técnica, não havendo, justificativas para exigência de atestados de serviços de service desk prestados especificamente em empresas de exploração e produção de petróleo

II - DO PEDIDO:

Diante dos fatos fundamentados, na convicção e certeza de que os atos aqui apontados denotam a existência de vícios no instrumento convocatório que contrariam os princípios da Ampla participação,

Competitividade, Igualdade, Legalidade e Isonomia, vimos na forma da Legislação pertinente, requerer a reformulação do instrumento convocatório da seguinte forma:

Delimitação das exigências de qualificação técnica em conformidade com a lei 8.666/93 Art. 30 e IN 05/2018 e consequente exclusão da exigência constante no item 13.3.3 do Edital qual seja:

Apresentação por parte das licitantes, de atestados de capacidade técnica, referentes especificamente, a serviços prestados em empresas de Exploração e Produção de Petróleo.

Nestes termos, PEDE DEFERIMENTO,

RESPOSTA DA PPSA

PARA: DSS Tecnologia da Informação Ltda.

CNPJ sob o Nº 03.627.226.0001-05

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018

Prezados Senhores,

1. Acusamos o recebimento da Impugnação interposta por V. Sas. ao certame identificado em epígrafe às 16:20 (HH:MM) do dia 28/05/2018, portanto tempestivamente, e, pela presente, apresentamos a nossa resposta, segundo o que adiante se expõe.

2. Em síntese, V. Sas. argumentam a necessidade de revogação do presente certame, considerando a existência de vícios e ilegalidades, conforme se segue:

1 – A lei 8666/93 estabelece que as exigências de qualificação técnica estarão limitadas ao disposto em seu Art. 30 com destaque aos parágrafos I e II e §1º a § 5º:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

J

158
M

§ 3o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4o Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

1 - A instrução normativa 05/2017 em seu item 10.3 e subitens do ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, dispõe que:

"10.3. Nas disposições quanto à habilitação técnica deverão ser previstos que:

a) os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório;

Considerando a disposições legais, resta demonstrada que a exigência constante no item 13.3.3 do edital está em desacordo com os requisitos mínimos estabelecidos para qualificação técnica constantes na Lei 8.666/93 e IN 05/2017 que definem claramente que:

A exigência quanto atestados de capacidade técnica limitar-se-á à comprovação de execução de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório e não podem conter quaisquer restrições relativas à aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos.

A exigência do Edital encontra amparo na essência de que a empresa vencedora necessariamente precisará prestar suporte para softwares específicos da área da indústria de Exploração e Produção de Petróleo, além dos softwares "comuns" de uso no mercado, conforme explicitado no item IV - Especificações do Objeto que cita experiência dos profissionais em softwares específicos da área de Exploração e Produção de Petróleo, conforme a seguir, "- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow".

No que tange ao argumento relativo a Instrução Normativa 05/2017, esta não se aplica a PPSA, como pode se ver da redação de seu artigo primeiro : "Art. 1º As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber: ..."

Outrossim, desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, no DOU de 03/04/18, em atendimento a Lei 13.303/16, a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei 8.666/1993. Logo, não há que se falar na aplicação do mencionado artigo 30,

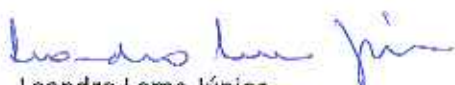


3. Assim, entendemos s.m.j., que ante o juízo de conveniência e oportunidade apresentado no Edital, as exigências ao futuro contratado estão devidamente pautadas na razoabilidade, não se configurando em ofensa ao Princípio da Competitividade da participação.

4. Por tudo o que até aqui alegado, é conhecida a Impugnação ao Edital apresentada, posto que presente o interesse, a tempestividade e a legitimidade, **NEGANDO-LHE PROVIMENTO** e mantendo inalteradas as disposições do instrumento convocatório.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018.

Atenciosamente,


Leandro Leme Júnior

Diretor de Administração, Controle e Finanças

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Impugnação 29/05/2018 15:27:06

AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA REF.: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 A empresa DSS Tecnologia da Informação Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.627.226.0001-05, com sede na Av. Arquimedes Pereira Lima nº 3483, na Cidade de Cuiabá-MT, por seu representante legal infra-assinado, vem, com fulcro na lei nº 8666/93, IN 05/2017 e artigo 37 - item XXI da Constituição Federal 1998, em tempo hábil, à presença de V.Sª, conforme estabelecido no Instrumento convocatório impugnar o Edital de Pregão Eletrônico 108/2018 PPSA. I - DOS FATOS: Considerando que os processos licitatórios visam basicamente, a ampla disputa e a contratação pela administração pública do melhor preço ofertado, resguardando a garantia das aquisições mais vantajosas em conformidade com os requisitos pré-estabelecidos e legislação pertinente, a presente impugnação é apresentada no intuito de apontar questões que comprometem o caráter competitivo e isonômico do certame. Insta salientar, para melhor entendimento do exposto, que o objeto do processo licitatório em questão, abrange a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência - Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III deste Edital. 1 - QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Tendo em vista que a legislação é clara ao estabelecer que exigências relativas à habilitação, não podem impor restrição indevida ao caráter competitivo dos processos licitatórios, não podendo ser desarrazoadas a ponto de comprometer a competitividade do certame ou causar prejuízo aos participantes, devendo tão-somente constituir garantia mínima de que o licitante propenso a contratação detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Temos que a exigência constante no Edital - Item 13.3.3, referente a qualificação técnica, não possui qualquer previsão legal e se mostra desarrazoadas, vez que é excessiva de forma injustificada ao exigir que os Atestados de capacidade técnica apresentados pelas licitantes refiram-se a prestação de serviços de service desk especificamente em empresas de Exploração e Produção de Petróleo. 13.3.3. Relativo à Qualificação Técnica: a) Um ou mais, Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica em nome do proponente, na prestação de serviços de Service Desk, em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa licitante já tenha executado, de forma satisfatória, serviço com características iguais ou superiores ao objeto desta licitação 1 - A lei 8666/93 estabelece que as exigências de qualificação técnica estarão limitadas ao disposto em seu Art. 30 com destaque aos parágrafos I e II e §1º a § 5º; Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: I - registro ou inscrição na entidade profissional competente; II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; § 1º A comprovação de aptidão referida no Inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: § 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. § 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. § 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibem a participação na licitação. 1 - A Instrução normativa 05/2017 em seu Item 10.3 e subitens do ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, dispõe que: "10.3. Nas disposições quanto à habilitação técnica deverão ser previstos que: a) os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório; Considerando a disposições legais, resta demonstrada que a exigência constante no item 13.3.3 do edital está em desacordo com os requisitos mínimos estabelecidos para qualificação técnica constantes na Lei 8.666/93 e IN 05/2017 que definem claramente que: A exigência quanto atestados de capacidade técnica limitar-se-á à comprovação de execução de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório e não podem conter quaisquer restrições relativas à aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos. Portanto, a exigência do que os atestados apresentados no certame demonstrem a prestação de serviços do service desk exclusivamente em empresas de exploração e produção de petróleo, afronta os princípios legais e se mostra desarrazoadas, unicamente com a finalidade de frustrar o caráter competitivo do processo licitatório e impedir a ampla participação de licitantes interessadas e qualificadas para execução do objeto, vez que, serviços de service desk, independentemente do ramo a que se dedique o tomador, mantém características que podem ser comprovadas por qualquer atestado de capacidade técnica, não havendo, justificativas para exigência de atestados de serviços de service desk prestados especificamente em empresas de exploração e produção de petróleo II - DO PEDIDO: Diante dos fatos fundamentados, na convicção e certeza de que os atos aqui apontados denotam a existência de vícios no Instrumento convocatório que contrariam os princípios da Ampla participação, Competitividade, Igualdade, Legalidade e Isonomia, vimos na forma da Legislação pertinente, requerer a reformulação do Instrumento convocatório da seguinte forma: Delimitação das exigências de qualificação técnica em conformidade com a lei 8.666/93 Art. 30 e IN 05/2018 e consequente exclusão da exigência constante no Item 13.3.3 do Edital qual seja: Apresentação por parte das licitantes, de atestados de capacidade técnica, referentes especificamente, a serviços prestados em empresas de Exploração e Produção de Petróleo. Nestes termos, PEDE DEFERIMENTO,

Fechar

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Resposta 29/05/2018 15:27:06

PARA: DSS Tecnologia da Informação Ltda. CNPJ sob o Nº 03.627.226.0001-05 Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018

Prezados Senhores, 1. Acusamos o recebimento da Impugnação Interposta por V. Sas. ao certame identificado em epígrafe às 16:20 (HH:MM) do dia 28/05/2018, portanto tempestivamente, e, pela presente, apresentamos a nossa resposta, segundo o que adiante se expõe. 2. Em síntese, V. Sas. argumentam a necessidade de revogação do presente certame, considerando a existência de vícios e ilegalidades, conforme se segue: 1 - A Lei 8666/93 estabelece que as exigências de qualificação técnica estarão limitadas ao disposto em seu Art. 30 com destaque aos parágrafos I e II e §1º a § 5º; Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: I - registro ou inscrição na entidade profissional competente; II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; § 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: § 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. § 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. § 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação. 1 - A Instrução normativa 05/2017 em seu item 10.3 e subitem do ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, dispõe que: "10.3. Nas disposições quanto à habilitação técnica deverão ser previstos que: a) os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório; Considerando as disposições legais, resta demonstrada que a exigência constante no item 13.3.3 do edital está em desacordo com os requisitos mínimos estabelecidos para qualificação técnica constantes na Lei 8.666/93 e IN 05/2017 que definem claramente que: A exigência quanto atestados de capacidade técnica limitar-se-á à comprovação de execução de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório e não podem conter quaisquer restrições relativas à aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos. A exigência do Edital encontra amparo na essência de que a empresa vencedora necessariamente precisará prestar suporte para softwares específicos da área da Indústria de Exploração e Produção de Petróleo, além dos softwares "comuns" de uso no mercado, conforme exposto no item IV - Especificações do Objeto que cita experiência dos profissionais em softwares específicos da área de Exploração e Produção de Petróleo, conforme a seguir, "- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow". No que tange ao argumento relativo a Instrução Normativa 05/2017, esta não se aplica a PPSA, como pode se ver da redação de seu artigo primeiro: "Art. 1º As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber: ..." Outrossim, desde a aprovação e publicação do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, no DOU de 03/04/18, em atendimento a Lei 13.303/16, a PPSA não se sujeita mais aos ditames da Lei 8.666/1993. Logo, não há que se falar na aplicação do mencionado artigo 30. 3. Assim, entendemos s.m.j., que ante o juízo de conveniência e oportunidade apresentado no Edital, as exigências ao futuro contratado estão devidamente pautadas na razoabilidade, não se configurando em ofensa ao Princípio da Competitividade da participação. 4. Por tudo o que até aqui alegado, é conhecida a Impugnação ao Edital apresentada, posto que presente o interesse, a tempestividade e a legitimidade, NEGANDO-SE PROVIMENTO e mantendo inalteradas as disposições do instrumento convocatório. Rio de Janeiro, 29 de maio de 2018 Atenciosamente, Original assinado por : Leandro Leme Júnior Diretor de Administração, Controle e Finanças

Fechar

16/11

COMPRASNET
Pregão Eletrônico



Descrição Detalhada do Objeto Ofertado

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVICE DESK , COM VISTA A POSSIBILITAR A ADEQUADA SEGURANÇA, CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS E FUNCIONAMENTO DOS ATIVOS COMPUTACIONAIS DA PRE-SAL PETROLEO PELO PERIODO DE 5 ANOS COM VALIDADE DA PROPOSTA DE 60 DIAS COMPREENDENDO O PERFIL 1 - ANALISTA DE INFRAESTRUTURA SENIOR , PERFIL 2: ANALISTA DE SUPORTE SENIOR

Fechar

16291

COMPRASNET
Pregão Eletrônico



Descrição Detalhada do Objeto Ofertado

prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência - Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III do Edital.

Fechar

COMPRASNET
Pregão Eletrônico



Descrição Detalhada do Objeto Ofertado

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro RJ.

Fechar

164/1

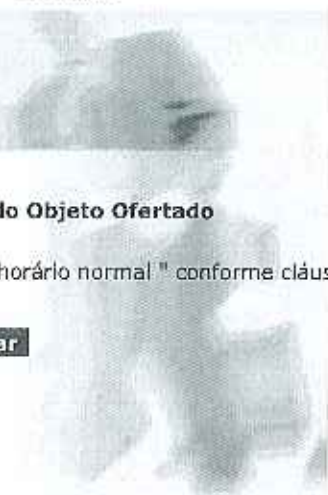
COMPRASNET
Pregão Eletrônico



Descrição Detalhada do Objeto Ofertado

Prestação de serviços de help desk em "horário normal" e fora do "horário normal " conforme cláusulas do edital.

Fechar



168/1

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Descrição Detalhada do Objeto Ofertado

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência - Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III deste Edital.

[Fechar](#)

166X

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Descrição Detalhada do Objeto Ofertado

Item: 1 - Informática - Suporte Técnico (Software / Equipamentos) - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro RJ.

Fechar

167
31

COMPRASNET
Pregão Eletrônico



Descrição Detalhada do Objeto Ofertado

Prestação de Serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais da Pré-Sal Petróleo, de acordo com as especificações e detalhes abaixo descritos pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Fechar

COMPRASNET
Pregão Eletrônico



Descrição Detalhada do Objeto Ofertado

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais, no Escritório Central da PPSA, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro RJ.

Fechar

167
M

